

Educação ambiental e participação social na resolução de conflitos: estudo de caso em uma Unidade de Conservação urbana de São Paulo, Brasil.

Environmental education and social involvement in the solution of conflicts: case study in an urban protected area of São Paulo, Brazil.

Aline Queiroz de Souza

CEA-SMA - Coordenadoria de Educação Ambiental – SMA
aliqu_souza@yahoo.com.br

Tania Maria Cerati

Ibot - Instituto de Botânica
tcerati_ibt@yahoo.com.br

Resumo

A valorização do diálogo e da participação social na explicitação e resolução de conflitos socioambientais é um dos pressupostos de uma educação ambiental que vise à transformação da realidade. O presente trabalho apresenta o estudo de caso, realizado entre 2006 e 2008, em uma área do entorno de uma unidade de conservação urbana, o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, São Paulo. O objetivo da pesquisa foi promover um processo participativo de educação ambiental com a comunidade local e gestores públicos, visando explicitar os conflitos socioambientais existentes, planejar e executar ações conjuntas para sua resolução e promover a participação e o empoderamento da comunidade. A metodologia adotada foi a pesquisa-ação, por meio de reuniões periódicas entre os participantes para discutir os problemas e planejar ações de intervenção. Os resultados apontam para um processo de empoderamento dos cidadãos, com o diálogo e a construção de saberes e ações coletivas.

Palavras chave: educação ambiental, educação ambiental crítica, conflitos socioambientais, gestão participativa, unidades de conservação, pesquisa-ação.

Abstract

The enhancement of dialogue and social participation in unveiling and solution of environmental conflicts is one of the assumptions of an environmental education that aims to transform reality. This paper presents the case study, carried from 2006 and 2008, in the neighbourhood of an urban protected area, the Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (State Park Ipiranga Source), São Paulo. The research objective was to promote a participatory process of environmental education with the local community and public managers, aiming to unveil the existing socio-environmental conflicts, plan and execute joint actions for their solution and promote the participation and empowerment of the community. The adopted

methodology has been action-research, through regular meetings between the participants to discuss issues and plan interventions. The results point to a process of empowerment of citizens, with the dialogue and the construction of collective knowledge and actions.

Key words: environmental education, critical environmental education, socio-environmental conflicts, participative management, protected areas, action-research.

Introdução

No século passado, o dualismo Natureza/Sociedade influenciou de modo significativo o surgimento do movimento ambientalista, baseado na compreensão da problemática ambiental principalmente a partir da visão da sociedade humana como destruidora da natureza. Não por acaso essa foi a visão predominante. Notadamente, o século XX foi marcado pelo desenvolvimento do industrialismo capitalista, sua exploração e degradação ambiental sem limites (Grün, 1996).

Esse dualismo permeou o surgimento das primeiras políticas ambientais, com foco na preservação de áreas e recursos naturais, e uma concepção de educação ambiental predominante em setores do movimento ambientalista brasileiro da década de 80, chamada por alguns autores de conservacionista (Guimarães, 2006), conservadora ou comportamentalista (Loureiro, 2004), cujas ações são focadas na preservação de uma área ou de uma espécie animal ou vegetal, enfocando a natureza em detrimento do fator social (Guimarães, 2006). Caracteriza-se ainda por apresentar pouca ênfase nos aspectos políticos da ação pedagógica, valorizando soluções subjetivistas com ênfase na educação como processo comportamentalista e moral (Loureiro, 2004).

Por estar focada prioritariamente na conservação da natureza e na mudança comportamental do indivíduo, essa educação é insuficiente para causar transformações significativas na realidade socioambiental. Em contraposição a ela, diversos autores defendem uma educação ambiental *crítica e transformadora* (Guimarães, 2006; Loureiro, 2004; Quintas, 2004; Layrargues, 2006; Tozoni-Reis, 2005), baseada em novos paradigmas que desconstruam a separação Sociedade/Natureza e caracterizada pela politização e publicização das questões ambientais, entendidas como inerentemente sociais e históricas (Loureiro, 2004).

De acordo com Loureiro (2004), a Educação Ambiental Crítica “*se define pela valorização da democracia e do diálogo na explicitação dos conflitos ambientais, em busca de alternativas que considerem o conhecimento científico, as manifestações culturais populares e uma nova ética nas relações sociedade-natureza pautada e construída em processos coletivos de transformação social, enquanto condição básica para se estabelecer patamares societários que requalifiquem nossa inserção na natureza*”.

Tendo como ponto de partida a perspectiva teórica trazida pela educação ambiental crítica, apresentamos alguns conceitos importantes para a contextualização da pesquisa realizada.

Conflitos socioambientais e participação em Unidades de Conservação

Inspirada no pensamento complexo proposto por Edgar Morin, essa perspectiva de educação ambiental permite a percepção dos problemas ambientais não como decorrentes de posturas individuais inadequadas, mas como reflexo da inter-relação, inter-retroação e interdependência das múltiplas dimensões do real (histórica, social, política, econômica, cultural) (Morin, 2000). De acordo com Loureiro (2004), essas múltiplas dimensões que compõe a sociedade contemporânea são fundadas em bases estruturalmente desiguais, fazendo com que o processo de exposição aos problemas e riscos ambientais, assim como a

percepção e a definição destes, sejam diferentemente constituídos e distribuídos. Depreende-se daí importância de entender, no processo educativo, onde educador e educando se situam (comunidade, família, classe social, cultura regional, individualidade); reconhecendo e priorizando os grupos econômicos em situação de maior vulnerabilidade ambiental em ações que visem à promoção da cidadania através da participação e da justiça social (Loureiro, 2004b).

Os conflitos socioambientais podem ser caracterizados como conflitos sociais que tem elementos da natureza como objeto (Acselrad *et al.*, 1995), sendo uma disputa entre grupos sociais, derivada dos distintos tipos de relação que eles mantêm com o ambiente natural, de sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida, que entra em choque com as formas e interesses de outros grupos (Little, 2001). Uma consideração importante é que os conflitos de idéias e opiniões fazem parte dos processos democráticos. A diversidade de visões de mundo, interesses e necessidades, estruturalmente antagônicos (Loureiro, 2004b), conferem à democracia sua vitalidade e produtividade (Morin, 2000).

Durante o processo de institucionalização das UCs no Brasil emergiram diversos tipos de conflitos: institucional, fundiário, legal, de interesses e interpretações. Na década de 1990 as instituições governamentais mobilizaram-se para pactuar soluções de conflitos de nível local por meio do incentivo à participação popular.

A partir da criação do SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei Federal 9985/2000, iniciou-se um processo amplo de discussão acerca da *gestão participativa* em áreas protegidas, formalizando os conselhos como espaços de consulta ou deliberação nas Unidades de Conservação (LOUREIRO *et al.*, 2004a). Desde então, diversas iniciativas vêm sendo realizadas no sentido de fortalecer os conselhos por meio da educação ambiental, visando assegurar a participação das comunidades locais no processo de gestão; compreendido aqui como um processo de mediação de interesses e conflitos entre os diferentes atores sociais envolvidos, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Quintas, 2004).

Como um processo contínuo de resolução de problemas, a gestão participativa envolve extensiva deliberação, negociação e aprendizagem conjunta (Carlsson e Berkes, 2005). Essa aprendizagem por meio da participação compreende o exercício da autonomia responsável (Loureiro, 2004b) e o fortalecimento do sentido de responsabilidade cidadã e de pertencimento a uma localidade, sendo defendida por muitos autores como principal meio e fim de uma educação ambiental crítica que vise à transformação social (Loureiro, 2004; Quintas, 2004; Layrargues, 2006; Tozoni-Reis, 2005).

Justificativa, principais questões e contexto de estudo

Diante do exposto é de grande importância a realização de pesquisas voltadas à compreensão dos conflitos socioambientais que envolvem as UCs e os grupos locais em situação de maior vulnerabilidade socioambiental, à reflexão sobre as pressões sociais que promovem a degradação dessas áreas e à promoção de uma educação ambiental consciente e crítica, que propicie o envolvimento da comunidade em processos participativos de decisão, mediação e resolução dos conflitos; sob a perspectiva de ampliar a visão crítica e transformar a realidade.

Baseando-se nessa perspectiva, o presente estudo foi delineado em torno das seguintes questões:

Como estão definidos os conflitos de uso e interesse do espaço público entre moradores locais e gestores envolvidos nas UCs? De que modo os impactos presentes na área de entorno da UC refletem esses conflitos? É possível a explicitação e resolução de conflitos socioambientais

por meio da criação de processos participativos de decisão? Como a participação nesses processos pode promover uma educação para a cidadania e a transformação da realidade?

Orientada pelas questões apontadas, a pesquisa teve como objetivo promover um processo participativo de Educação Ambiental com moradores e gestores locais, visando: i) explicitar os conflitos socioambientais existentes no local, ii) planejar e executar ações conjuntas para a resolução destes conflitos, iii) promover a participação e o empoderamento da comunidade.

O contexto onde aconteceu o estudo foi uma área do entorno de uma unidade de conservação urbana, o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI). Considerado o terceiro maior remanescente de Mata Atlântica do município, com 526 ha de área, o PEFI abriga rica biodiversidade, dois importantes aquíferos subterrâneos e 24 nascentes, três das quais formam o histórico Riacho do Ipiranga (Bicudo *et al*, 2002). Além disso, é sede de diversas instituições públicas e centros de pesquisa e educação, como a Fundação Parque Zoológico e o Jardim Botânico de São Paulo (Instituto de Botânica).

O PEFI está localizado na região sudeste do município de São Paulo e faz limite com áreas periféricas dos municípios de Diadema e São Bernardo do Campo. A dinâmica de crescimento da população e da metrópole, do centro em direção à periferia, contribui para o agravamento das pressões sobre os remanescentes naturais. As regiões peri-urbanas são, com frequência, carentes de investimentos públicos, com pouco acesso à água potável, esgoto, coleta de lixo e outros serviços básicos; as habitações estão muitas vezes em áreas de risco, os espaços verdes e culturais são raros ou estão ausentes e o ambiente natural não está protegido, uma vez que a saúde pública e ambiental está no rol dos serviços públicos, gerando a exclusão social (Gutberlet e Hunter, 2008).

O entorno do PEFI é constituído por bairros periféricos com alta densidade populacional e um padrão desordenado de ocupação do espaço territorial, gerando um cenário de conflitos que deflagram impactos no Parque. Em estudo que avaliou os impactos ambientais no entorno do Parque foram identificadas 28 situações impactantes, sendo as principais: a) presença de lixo e entulhos em 20 diferentes locais ocasionando o soterramento da vegetação, criação de focos de animais nocivos e peçonhentos e contaminação do solo e água; b) acesso facilitado ao interior da mata devido aos seus limites desprotegidos com cercas e muros rompidos (Thomaziello e Santos, 2007). O acesso facilitado à mata é fator de grande preocupação dos moradores e gestores, uma vez que favorece situações de violência e criminalidade em seu interior.

Metodologia

O desenho metodológico desta pesquisa está no âmbito da pesquisa-ação, com a perspectiva de reflexão, ação, geração de conhecimento e mudança social. Essa abordagem promove a compreensão da problemática, o mútuo envolvimento, mudanças e crescimento pessoal (Kidd e Kral, 2005). É um processo no qual os pesquisadores e participantes trabalham embasados em dois objetivos primários: a) produção de conhecimento e promoção de uma ação útil para a comunidade; b) empoderamento por meio de “afloramento da conscientização” (Green, 2008). A pesquisa-ação envolve um processo de construção da realidade onde todos os envolvidos têm voz ativa e participam de uma ação ou resolução de um problema coletivo, no qual pesquisadores e participantes estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (Thiollent, 2005).

A pesquisa foi realizada no período de fevereiro de 2006 a novembro de 2008. Em uma etapa inicial, cujos resultados diretos não serão apresentados neste trabalho, foi realizado um levantamento por meio de entrevistas sobre a percepção ambiental dos moradores com relação à mata do Parque e aos problemas ambientais presentes no bairro. Esse levantamento

trouxo subsídios para a compreensão dos conflitos socioambientais existentes, facilitando a realização da pesquisa-ação.

A pesquisa-ação se deu por meio da realização de 20 reuniões, que ocorreram de fevereiro de 2007 a março de 2008, registradas em atas utilizadas como fonte de dados. Participavam das reuniões os moradores locais, líderes comunitários, pesquisadores do Instituto de Botânica e gestores da prefeitura de Diadema. O objetivo das reuniões era promover a participação da comunidade na definição de ações estratégicas para o planejamento, execução e fiscalização de obras de revitalização do local, que os órgãos públicos se propuseram a realizar, atendendo a uma reivindicação dos moradores. Como sugestão de representantes da Secretaria da Educação de Diadema, essas reuniões aconteceram no âmbito do Conselho de Compromisso dos moradores¹ da Rua Alfenas, uma ação vinculada ao Programa Ação Compartilhada, da Secretaria de Educação.

Os resultados foram analisados de acordo com Tozoni-Reis (2005), que afirma que a metodologia de pesquisa-ação em educação ambiental está centrada em três “práticas” que se articulam entre si: a *produção de conhecimento*, *ação educativa* e a *participação dos envolvidos*, tomando como ponto de partida um problema existente e detectado pelas equipes. Utilizaremos essas três práticas como conceitos - chave para análise dos resultados.

Resultados e Discussão

As reuniões contaram com participação de 17 pessoas da comunidade, em média, 6 gestores públicos representando diferentes secretarias do município e 2 assessores de políticos locais; sendo acompanhadas e registradas pelos pesquisadores e gestores do Instituto de Botânica.

Nas primeiras reuniões foi desenvolvido um plano de ações em torno da substituição do antigo muro que margeia o Parque por gradil e da construção de uma calçada ao longo de 1,5 km de rua, com recuos paisagísticos e áreas de lazer. As ações previstas inicialmente eram o monitoramento da construção e o planejamento da sua inauguração, que previa a realização e divulgação na comunidade de atividades de lazer propostas pelos diferentes participantes, como estratégia para promover a valorização e apropriação da nova área pelos moradores.

Foi reivindicada pela comunidade a ampliação da área de lazer proposta no projeto original, uma vez que a região é carente desses espaços, sendo uma demanda das crianças, idosos e jovens. A alteração foi discutida e incorporada no projeto. No decorrer do processo observou-se que os moradores passaram a exercer certo *controle* sobre o andamento das obras e a efetiva participação nos processos de definição, planejamento e execução das ações; o que reforça o processo de empoderamento da comunidade para participação na tomada de decisão.

¹ Conselho de Compromisso era uma experiência já implantada em outras áreas do município, com resultados positivos que poderiam contribuir com os objetivos da ação aqui apresentada. De acordo com dados obtidos no site da Prefeitura Municipal de Diadema, Conselho de Compromisso e Programa Ação Compartilhada são definidos como: “... *uma parceria entre a Prefeitura do Município de Diadema e entidades da sociedade civil para a valorização da educação popular democrática. Através da educação popular e elaboração conjunta, o Programa contribui na construção de conhecimentos coletivos incorporando a comunidade na execução de políticas públicas permanentes, evitando depredações nos equipamentos públicos e democratizando o acesso à educação, cultura, esporte e lazer. Com a participação de entidades da Sociedade Civil na gestão dos espaços públicos, por meio dos Conselhos de Compromisso, o Programa atua amplamente no combate a violência, analfabetismo e massificação cultural. A comunidade se apropria dos espaços e os torna verdadeiramente públicos, pertencentes ao povo.*” (<http://www.diadema.sp.gov.br/csp/diadema/secretarias/secretariadetelhes.csp>, acessado em 12.04. 2010).

Com relação à *produção de conhecimento*, destaca-se o reconhecimento e a explicitação dos conflitos existentes, especialmente na relação entre a comunidade e o poder público. O levantamento da percepção ambiental dos moradores forneceu alguns dados subjetivos sobre as diferentes experiências e visões relacionadas aos problemas socioambientais. Mas somente no espaço de embate, posicionamento e negociação proporcionado pelas reuniões durante a pesquisa-ação, foi possível identificar os pontos de conflito com maior clareza, assim como as convergências e consensos.

A questão da segurança pública rapidamente se tornou pauta vigente nas reuniões, sendo um dos conflitos que mais mobilizaram os moradores. Com frequência, eles denunciavam os incidentes que ocorriam, como a entrada de usuários de drogas na mata, colaborando para a vigilância do local. Articularam-se através de um abaixo-assinado para cobrar ações de segurança pública, fazendo com que a prefeitura de Diadema instalasse uma câmera no local como modo de inibir novos incidentes. Criou-se uma esfera de colaboração entre todos os participantes para a resolução desse conflito, envolvendo outros moradores da comunidade, que não participavam das reuniões, e os órgãos públicos competentes.

Além da conservação do Parque e do gradil que substituiu o muro, outros conflitos emergiram a partir das reuniões, como, o conflito de interesses sobre a utilização das áreas criadas para lazer e o descarte inadequado de lixo e entulho nas calçadas e no Parque.

Durante a pesquisa ficou explícito um conflito entre os interesses de uso das áreas recém-criadas pelos moradores em contraposição aos interesses dos gestores. Na concepção dos gestores, que planejaram a obra, o principal uso seria a circulação das pessoas (caminhadas, corridas, etc.). Durante as reuniões os moradores manifestaram outros interesses, que refletem hábitos, cultura, idade, classe social. Os mais velhos queriam bancos e mesas para jogos de tabuleiro e os jovens queriam quadras e espaços para jogar bola. Nesse caso, a restrição de uso imposta pela legislação que rege as Unidades de Conservação limitou as possibilidades de negociação e predominou o interesse dos gestores em manter o projeto original.

O descarte inadequado de lixo e entulho consistia em um conflito entre os próprios moradores. A questão suscitou a reflexão e o debate sobre a relação das pessoas com seu lixo, a proliferação de agentes causadores de doenças e os motivos do descarte inadequado. Uma das questões percebidas é que parte dos moradores não sabia exatamente o dia e horário da coleta de lixo, e o depositava em qualquer hora e local, incluindo na calçada em frente ao Parque e nas ruas, gerando o desconforto de outros moradores. Durante algumas reuniões o problema foi discutido amplamente pelos participantes assim como as propostas de intervenção, resultando na elaboração de uma *ação educativa* em torno da divulgação das datas, horários e locais apropriados para a coleta, além da conscientização para não jogarem lixo na mata do Parque. Foi reforçada a divulgação junto aos moradores de um núcleo de habitação recente, cujas vielas estreitas não permitiam a entrada do caminhão de coleta, fazendo com que descartassem o lixo em locais improvisados. Também foi realizada a operação “cata-bagulho” pela prefeitura, que incentivou o descarte ordenado de bens em desuso (móveis e eletrodomésticos).

As reuniões caracterizaram-se como um autêntico fórum de debates entre os participantes, que por meio da *mediação* definiram e redefiniram as ações implantadas na área. De acordo com Pimbert e Pretty (2000), o debate gerado pelo diálogo entre os diferentes atores leva a um acordo sobre as ações necessárias para se produzir melhorias, esse acordo e as ações realizáveis representam, ao final, uma acomodação entre as visões conflitantes. Foi possível observar esse acordo durante as negociações realizadas no processo. Entretanto, cabe observar que esse acordo não significa necessariamente a resolução ou diluição dos conflitos, pois as diferenças e desigualdades estruturais que os provocam não são rapidamente resolvidas,

dependendo de uma transformação social mais profunda. Devemos reconhecer, conforme aponta Loureiro (2004), que “*os acordos se dão em uma base conflitiva na qual nos movemos e que a capacidade de buscar o diálogo, a aproximação e o respeito definem o amadurecimento da participação social e política existente em uma sociedade*”.

Nessa perspectiva, o processo participativo realizado a partir da pesquisa possibilitou um aprendizado e amadurecimento da *participação social e política*. A possibilidade de estar em contato direto com representantes de cada órgão público envolvido, refletindo e buscando ações para solucionar os problemas, trouxe à comunidade um aprendizado sobre como podem se articular para cobrar do poder público as ações necessárias, identificando os setores e responsabilidades de cada órgão.

Do ponto de vista cognitivo, esse espaço possibilitou o *diálogo de saberes* em torno dos conflitos socioambientais existentes. De um lado estava o saber técnico-científico, representado pelos pesquisadores e gestores, que reforçava o argumento da conservação ambiental; do outro estavam os saberes locais, representados pelos moradores, que engendravam aspectos culturais, sociais, históricos e subjetivos dos conflitos, desconhecidos dos pesquisadores. Esse diálogo permitiu a discussão sobre a importância da manutenção do Parque para a conservação da biodiversidade. Os pesquisadores levaram ao conhecimento dos participantes informações sobre as espécies encontradas na área, espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, ampliando o entendimento dos moradores sobre a importância do Parque enquanto área que conserva a biodiversidade e presta serviços ambientais.

Na perspectiva dos gestores, a participação numa esfera coletiva de decisão envolvendo os moradores ampliou o olhar sobre a realidade local, permitindo uma compreensão dos conflitos a partir das pressões sociais existentes. Sobre o aprendizado em grupo gerado e pelos processos participativos, Pimbert Pretty (2000) afirmam que “*esse debate muda as percepções dos atores em seu preparo para ação trazendo posições mais sofisticadas sobre o mundo*”, tem-se um acordo sobre a ação e “*essa ação inclui reforço ou reconstrução de instituições locais, aumentando, portanto, a capacidade das pessoas iniciarem as ações por seus próprios meios*”.

Esse diálogo de saberes permitiu a construção de um saber coletivo, significativo e contextualizado, que se concretizou e se fortaleceu no processo de pesquisa-ação.

Considerações Finais

Os resultados obtidos com a pesquisa nos dão elementos para afirmar os participantes ampliaram sua visão de mundo, autonomia e poder de organização e intervenção na realidade, demonstrando que a metodologia da pesquisa-ação com foco na participação é capaz de promover uma educação ambiental crítica e reflexiva. O diálogo de saberes possibilitado pela pesquisa-ação permite a construção de um conhecimento significativo e contextualizado, podendo ser utilizado na educação em ciências, em espaços formais ou não formais, assim como na educação ambiental.

Referências

- ACSELRAD, H.; CARVALHO, I.; SCOTTO, G. *Conflitos socioambientais no Brasil*. Rio de Janeiro, Ibase, 1995, v.I.
- BICUDO, D. C.; FORTI, M. C.; BICUDO, C. E. M. (Org). *Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI): Unidade de Conservação que resiste à urbanização de São Paulo*. São Paulo: Editora Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2002. p. 15-28.

- CARLSSON, L.; BERKES, F. Co-management: concepts and methodological implications. *Journal of Environmental Management*. v. 75, 1: 65-76, 2005.
- GREEN, R. Bringing about Social Change: The Role of Community Research. In: Cox, P, Geisen, T.; Green, R. (org), *Qualitative Research and Social Change - European Contexts*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- GRÜN, M. *Ética e educação ambiental: A conexão necessária*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- GUIMARÃES, M. Abordagem relacional como forma de ação. In GUIMARÃES, M. (Org.). *Caminhos da educação ambiental: Da forma à ação*. Campinas: Papirus, p. 9 a 16, 2006.
- GUTBERLET, J.; HUNTER, A. Social and environmental exclusion at the edge of São Paulo, Brazil. *Urban Design International*, v. 13, p. 3–20, 2008.
- KIDD, S. A.; KRAL, M. J. Practicing Participatory Action Research. *Journal of Counseling Psychology*, v.52, 2: 187–195, 2005.
- LAYRARGUES, P.P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R.S. de (Orgs.). *Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Editora Cortez, 87-155, 2006.
- LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ações políticas. In: BURSZTYN, M. (Org). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 107-122, 2001.
- LOUREIRO, C. F. *Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. *Gestão em Ação*. Salvador, v.7, n.1, jan./abr. 2004.
- MORIN, E. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. 3 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.
- PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 183 – 223, 2000.
- QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P. *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 113-140, 2004.
- THOMAZIELLO, S.; SANTOS, R. F. Impactos e processos de ocupação em Unidades de Conservação urbana – Parque Estadual das Fontes do Ipiranga- São Paulo. *Anais I Encontro IALE*, Rio de Janeiro, Vale do Paraíba do Sul, São Paulo, 2007.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- TOZONI-REIS, M. F. C. Pesquisa-ação: compartilhando saberes; Pesquisa e ação educativa ambiental. In: Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivo educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: <http://mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/arqs/encontros.pdf>.> Acesso em: 15/03/2013.